

Hoje é dia Greve Geral

Hoje os trabalhadores estão mostrando ao país inteiro que não aceitarão perder o direito a aposentadoria. A greve geral convocada em conjunto por todas as centrais sindicais está parando o país de norte a sul e os trabalhadores estão mais uma vez unidos contra a reforma da previdência e o corte de verbas para o setor público.

Os trabalhadores unificados conseguiram em 2017 barrar a reforma da previdência do TEMER através das grandes mobilizações e a realização de da maior greve dos últimos anos.

“Agora estamos mais uma vez ocupando as ruas para dizer não a essa reforma do Bolsonaro. Não podemos aceitar a retirada de direito a aposentadoria aos mais pobres enquanto as camadas mais ricas continuam a manter seus privilégios”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Depois da primavera de junho de 2013 a mobilização popular voltou a ser o grande instrumento de mudanças políticas e sociais em nosso país. Com isso maior parte da população começa a enxergar a legitimidade da ocupação das ruas e acredita que a greve geral de hoje conseguirá barrar a proposta de reforma da previdência do governo Bolsonaro.



Direito à greve

No Brasil, os trabalhadores têm direito à greve assegurado na Constituição Federal e regulamentado por lei específica desde 1989 (Lei 7.783). De acordo com o artigo 9º da Carta Magna e com o artigo 1º da lei de 1989, "é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender".

O Secretário-geral da Condesef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da

Silva informa que todas as exigências legais para exercício do direito dos trabalhadores foram atendidas. "Nós comunicamos o governo com antecedência, no último dia 6, sobre a decisão da categoria dos servidores públicos federais de aderir à Greve Geral. Como o nosso direito está garantido pela Constituição Federal, acreditamos e confiamos que não haverá nenhum tipo de retaliação por parte do governo. Nosso protesto é legítimo e seguiremos fortes na luta em defesa da Previdência Social".

Junho festivo no Sindsep/MA

Convidamos nossos filiados e filiações a tomarem um delicioso mingau de milho; esta semana, na terça e quinta-feira; nas próximas semanas de junho, às segundas, quartas e sextas-feiras.

Participem, venham celebrar o período junino em seu sindicato.



Vagner Freitas: Nenhuma medida judicial impedirá a greve geral contra a reforma

“Não será nenhuma medida judicial que impedirá os trabalhadores e as trabalhadoras de fazer greve geral nesta sexta-feira (14) para barrar a reforma da Previdência de Bolsonaro. Vamos denunciar à Organização Internacional do Trabalho (OIT) esses juízes que, por solicitação de governos e patrões, tentam constranger os trabalhadores. Isso só demonstra o quanto a greve geral está na boca do povo e preocupando os empresários”, disse o presidente da CUT, Vagner Freitas, se referindo a liminares concedidas pela Justiça para impedir a paralisação convocada pelas centrais sindicais contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, nome oficial da reforma, que restringe o acesso e dificulta a concessão da aposentadoria, por mais empregos e contra os cortes na educação.

A afirmação de Vagner confirma a importância da greve geral e repudia liminares judiciais e ameaças de multas, impetradas contra sindicatos,

que visam impedir trabalhadores, em especial no setor de transportes - metrô, ônibus e trens -, de fazer greve amanhã.

“Não vamos ceder a esse constrangimento à lei de greve. Os trabalhadores do setor de transportes decidiram em assembleias legítimas aderir à paralisação de amanhã (14/06), e assim será”, disse o presidente da CUT.

Segundo Vagner, essas liminares configuram práticas antissindicais, não serão acatadas e possíveis multas serão questionadas judicialmente em fóruns internacionais, como a OIT.

“Conclamamos todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil inteiro a não sair de casa amanhã e apoiar a paralisação. A greve geral faz parte da luta para garantir que os brasileiros tenham direito a se aposentar, tenham direito a seguridade social”, disse Vagner.

A greve geral desta sexta foi anunciada no ato unificado do Dia Internacional do Trabalho, em 1º de maio, e é organizada pela CUT e demais centrais sin-

dicais - CUT, Força Sindical, CGTB, CSB, UGT, Nova Central, CSP- Conlutas e Intersindical.

Entre as categorias que aprovaram a paralisação em assembleias realizadas em todo o Brasil estão bancários, professores, metalúrgicos, químicos, portuários, trabalhadores rurais, agricultores familiares, metroviários, motoristas, cobradores, caminhoneiros, trabalhadores da Educação, da saúde, de água e esgoto, dos Correios, da Justiça Federal, eletricitários, urbanitários, petroleiros, enfermeiros, vigilantes, servidores públicos federais, estaduais e municipais.

“Sexta-feira é o dia de todos os brasileiros e brasileiras, com carteira assinada ou não, participarem da greve geral. Queremos mais empregos e geração de renda. Trabalhador não aguenta mais pagar as contas das crises perdendo direitos trabalhistas e previdenciários”, disse Vagner ao Portal CUT.